



PIBIC

Relatório Final
Bolsistas PIBIC

Título do Plano de Trabalho do Bolsista	As potencialidades do PRONACAMPO para a inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo
Título do Projeto do Orientador	Da inserção das tecnologias digitais à formação de professores nas escolas do campo: as potencialidades do PRONACAMPO
Nome do Aluno	Jaqueline de Jesus dos Santos
Nome do Orientador	Maria Helena Silveira Bonilla
Grupo de Pesquisa (opcional)	Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias-GEC
Palavras Chave (até 3)	Pronacampo, escolas do campo, tecnologias digitais
Período de Vigência	Agosto de 2012 a Julho de 2013

Resumo

Presenciamos várias iniciativas de políticas públicas apresentadas pelo governo federal voltadas para a inserção das tecnologias na educação. No entanto, no que diz respeito à educação do campo, poucas são as iniciativas que incluem as tecnologias digitais na formação dos professores camponeses e nas escolas do campo. Em vista disso, nesta pesquisa intitulada “As potencialidades do Pronacampo para inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo” buscamos compreender as potencialidades do Pronacampo para inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo. Utilizamos como metodologia o levantamento de dados via internet, visitamos os sites do MEC, assim como levantamento de materiais que foram publicados pela sociedade civil, movimentos sociais e demais instituições envolvidas na operacionalização do Programa. No decorrer da pesquisa fizemos também o acompanhamento do Município de Macarani- Bahia, com objetivo de analisar como as ações do Programa chegam aos municípios. Constatamos que no Pronacampo emergiu somente uma ação para inserção das tecnologias digitais, a distribuição de laptops educacionais que são tecnologias

móveis, que potencializam outros tempos e espaços de aprendizagem, tanto aos alunos quanto à comunidade. Entretanto, o programa não incorpora esses dispositivos na perspectiva da mobilidade, pois ainda permanece a perspectiva fechada, em laboratórios de informática, que não possibilita aos alunos e à comunidade utilizarem para suas próprias necessidades, vivenciando os ambientes digitais para além do espaço formal de aprendizagem. No que se refere ao acesso à internet, o programa ainda não desenvolveu qualquer ação nesse sentido. Sendo assim, é preciso investimento em ações de conexão à internet para possibilitar a articulação das comunidades campesinas em torno da reivindicação de seus direitos, bem como o acesso às várias informações disponíveis em rede, diversas linguagens, além de potencializar a construção de conhecimentos a partir da interação e do trabalho coletivo na rede.

1. Introdução

O contexto contemporâneo é caracterizado pela velocidade da veiculação das informações, por mudanças políticas, sociais e culturais e pela presença cada vez mais acentuada das tecnologias digitais em todos os âmbitos da sociedade. A educação, nesse cenário, deve estar em sintonia com a dinâmica da contemporaneidade.

No que se refere à Educação do Campo, os sujeitos que vivem no meio rural ainda enfrentam problemas para garantir a educação de qualidade, tais como: falta de saneamento básico, infraestrutura das escolas do campo, formação de professores, dificuldade de acesso às escolas, tanto para os professores quanto para os alunos, currículos desvinculados da cultura dos sujeitos. O Panorama de Educação do Campo publicado pelo MEC, em 2007, mostra que apenas 6,1% das escolas rurais de Ensino Fundamental possuíam bibliotecas, faltam laboratórios - havia apenas 0,7% de laboratórios de Ciências nas escolas rurais - não havia energia elétrica em 29% das escolas e faltavam instalações de esgoto em 15%. (BRASIL, 2007).

A pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC Domicílios e TIC Empresas, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, na edição de 2011, mostra que na zona rural 10% da população tem acesso a telefone fixo e 69% a telefone móvel, enquanto na zona urbana os percentuais são de 42% e 91% respectivamente. No que se refere ao acesso à internet, 43% dos domicílios urbanos estavam conectados e apenas 10% dos lares rurais possuíam conexão. (CGI.br, 2011).

De acordo com o Instituto Paulo Montenegro (2010), 66% das escolas do campo não têm computador e 92% não possuem acesso à internet.

Esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas para as questões estruturais das escolas do campo, questões fundamentais para propiciar ambientes de aprendizagem dinâmicos, e que possibilitem aos alunos explorar, produzir e socializar o conhecimento produzido, tanto para sociedade em geral, quanto para a sua comunidade. Em vista disso, buscamos, com o projeto de pesquisa “Da inserção das tecnologias digitais à formação de professores nas escolas do campo: as potencialidades do PRONACAMPO”, compreender as potencialidades do PRONACAMPO para inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo e nos processos formativos dos professores nesse âmbito. A pesquisa foi dividida em dois planos de trabalho, sendo este relatório responsável pela análise da inserção das tecnologias nas escolas do campo. Dessa forma, buscamos intensificar os estudos a respeito das escolas do campo, políticas públicas, tecnologias digitais e compreender as potencialidades do Programa Nacional de Educação do Campo- PRONACAMPO.

Além disso, outros objetivos foram estabelecidos no plano de trabalho, a fim de orientar as ações, percursos, de forma a alcançar os objetivos propostos na pesquisa, entre os quais destaco: identificação e discussão dos principais conceitos que fundamentam a pesquisa e análise dos dados levantados.

Vale salientar, como de suma importância, minha inserção no GEC, que possibilitou o diálogo com outros pesquisadores, além de trazer várias contribuições para minha formação acadêmica, no que diz respeito ao ato de pesquisar, de fazer levantamento de dados, seleção de materiais para a pesquisa, o que contribui na construção de trabalhos acadêmicos e no exercício da escrita, assim como na análise dos dados, que se constitui um processo complexo necessário em toda pesquisa científica.

2. Materiais e métodos

Para atender aos objetivos propostos e compreender as potencialidades do Pronacampo para a inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo, realizamos levantamento de dados via internet, visitamos os sites do MEC, assim como levantamento de materiais que foram publicados pela sociedade civil, movimentos sociais e demais instituições envolvidas na operacionalização do Programa. No decorrer da pesquisa fizemos também o acompanhamento do Município de Macarani- Bahia, com objetivo de analisar como as ações do Programa chegam aos municípios. Este foi escolhido pelo

fato da aproximação com uma integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias-GEC que atua como professora no município, e coordena projetos vinculados à Secretaria de Educação, como técnica.

Documentos analisados:

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários da Educação. Programa Nacional de Educação do Campo. Pronacampo. Ministério da Educação. Brasília, 5 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo%20%20dados%20e%20metas.pdf>>. Acesso em: 17 de Novembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Portaria n° 68 de 9 de novembro de 2012. Diário Oficial da União. Seção 1. Brasília- DF, 13 de novembro de 2012, p. 24. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/legis_23957634_PORTARIA_N_68_DE_9_DE_NOVEMBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n° 86 de 1 de fevereiro de 2013. Diário Oficial da União. Seção 1. Brasília- DF, 04 de fevereiro de 2013, p. 28,29. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2013.

3. Resultados

A Educação do campo surge da luta dos movimentos sociais do e no campo que defendem uma educação de qualidade, que atenda as especificidades das comunidades camponesas, com currículos contextualizados, que valorize a cultura local, o modo de ser e de fazer dessa população.

Desse movimento de luta por uma educação básica de qualidade, e para atender as populações do campo¹ emerge o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, lançado pelo governo federal em 20 de março de 2012. Caracteriza-se como um “conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades, conforme o decreto n°

1 São consideradas populações do campo, nos termos do Decreto n° 7.352, de 2010: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

7.352/2010” (BRASIL, 2012a), decreto que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. O Pronacampo oferecerá apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para implementação de políticas de educação do campo. Para tanto, baseia-se em quatro eixos: I - Gestão e Práticas Pedagógicas, II: Formação de Professores, III : Educação de jovens e adultos, Educação Profissional e Tecnológica, IV: Infraestrutura Física e Tecnológica. (BRASIL, 2012a).

Algumas ações do Programa estão em andamento, no que se refere ao eixo IV Infraestrutura Física e Tecnológica. Em agosto de 2012 foi lançada a resolução nº 32 que se refere ao abastecimento de água às escolas municipais, estaduais e distritais. Em novembro do mesmo ano, foi lançada a portaria nº 68 que se refere a entrega e instalação de equipamentos (laptops educacionais), e amplia a participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional- ProInfo Rural no âmbito do Pronacampo. Apesar de ser lançado em março de 2012, o Pronacampo somente foi instituído em fevereiro de 2013 através da portaria nº 86 que dispõe sobre o programa e define suas diretrizes. Para atender aos objetivos deste plano de trabalho nos detemos a discutir o eixo IV: Infraestrutura Física e Tecnológica do Pronacampo a partir das ações que já estão sendo implementadas.

No que se refere ao eixo IV- Infraestrutura Física e Tecnológica, o programa tem como meta, até 2014, garantir 20.000 escolas com informática no campo. Para tanto, o Pronacampo apresenta como ações: disponibilizar laboratórios de informática e projetor Proinfo, disponibilizar laptop para estudante com conteúdo educacional e ampliar o acesso à internet. Utiliza como instrumentos o Programa Nacional de Tecnologia Educacional- ProInfo Rural e o Programa GESAC. (BRASIL, 2012a).

As Tecnologias de Informação e Comunicação- TIC também chamadas tecnologias digitais, potencializam e ampliam as possibilidades de participação dos sujeitos do campo, na sua própria comunidade e na sociedade de maneira geral, que têm o direito de usufruir dos bens culturais produzidos historicamente pela humanidade. Em vista disso, entendemos que disponibilizar equipamentos é fundamental, mas não suficiente para potencializar a interação, o trabalho coletivo e colaborativo na rede. Segundo Silveira (2011)

Para que os movimentos sociais sejam capazes de intervir decisivamente no espaço de comunicação, precisam aumentar a capacidade de criar redes, portanto precisam também elevar seu grau de autonomia tecnológica, de usar, recriar novos usos, recombina r tecnologias e criar soluções para atender suas necessidades. (SILVEIRA, 2011, p. 53).

A inserção das TIC e da internet podem possibilitar a articulação das comunidades em torno da reivindicação dos direitos, bem como o acesso à várias informações disponíveis em rede, diversas linguagens, além de potencializar a construção de conhecimentos a partir da interação e do trabalho coletivo na rede, o que favorece diferentes espaços e tempos de aprendizagem não só aos educandos, também a toda a comunidade. Tudo em sintonia com as especificidades e identidade das escolas do campo, conforme exposto nas “Diretrizes operacionais para educação básica das escolas do campo” parágrafo único do artigo 2º:

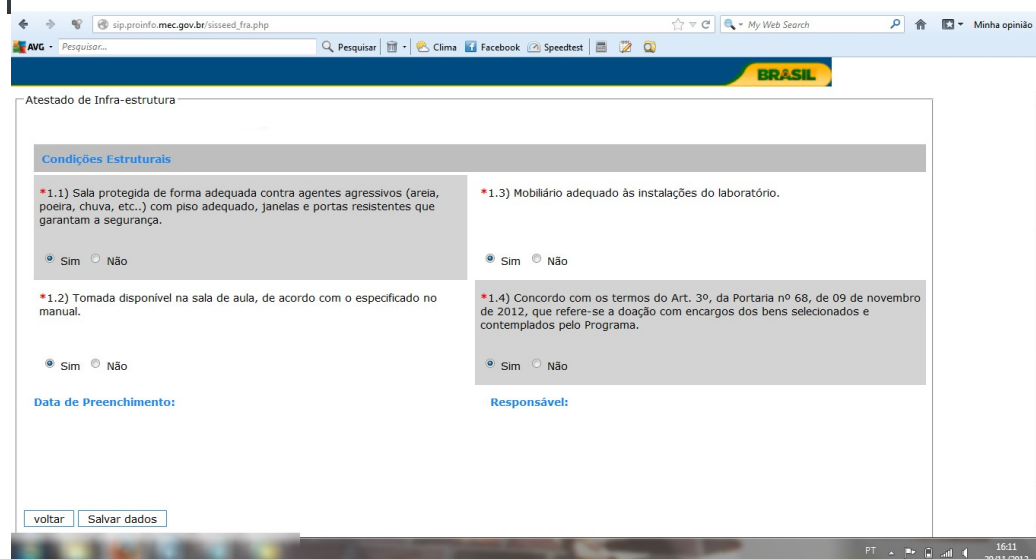
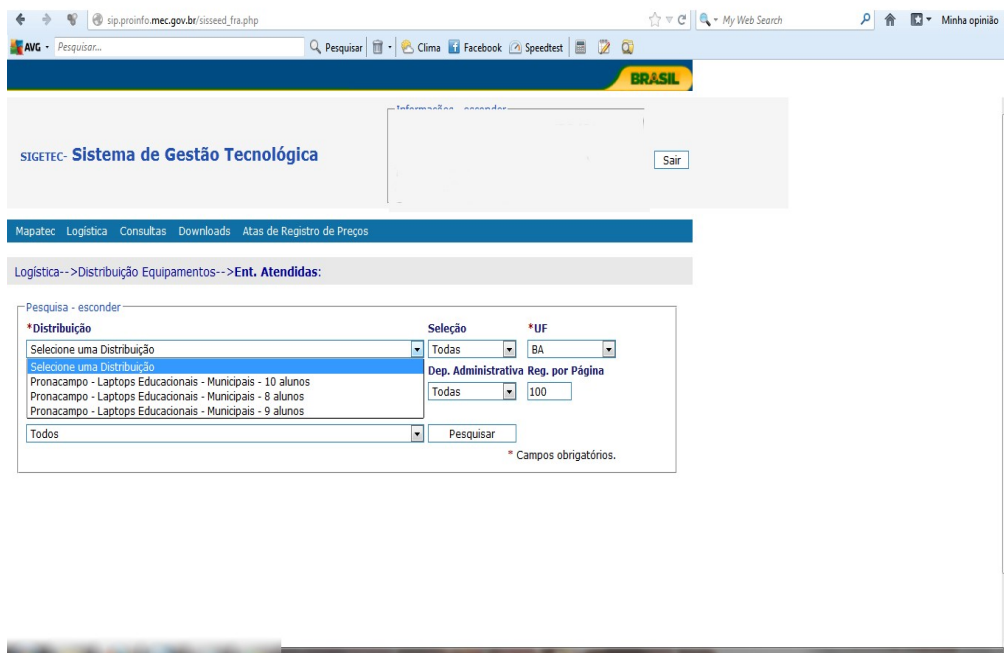
[...] a identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2002).

A sociedade contemporânea exige que a escola, como lugar privilegiado de produção e apropriação do saber, ultrapasse o paradigma tradicional de mera transmissão de conteúdo, pois este não responde à complexidade das relações sociais, políticas e culturais da contemporaneidade. Nesse sentido, é fundamental que as escolas do campo sejam potencializadoras na produção de conhecimentos e culturas.

Para atender as metas propostas no IV eixo do Programa, identificamos como primeira ação do Pronacampo a publicação da portaria nº 68, de 9 de Novembro de 2012, que se destina aos municípios que tiveram que fazer o cadastramento das escolas do campo. Com base no artigo 1º desta portaria “O Ministério da Educação, no âmbito do Programa Inclusão Digital na Escola, viabilizará e garantirá a **entrega e instalação dos equipamentos**, nos termos desta Portaria”. (BRASIL, 2012b, grifo nosso). Entretanto não está evidente quais equipamentos as escolas receberão.

Como sinalizado na metodologia do nosso trabalho, fizemos o acompanhamento do município e tivemos acesso às telas de cadastramento (imagem abaixo) do município no Sistema de Gestão Tecnológica do SIGETEC²:

2 Através do Sistema de Gestão Tecnológica o Governo Federal mantém uma Base de Dados da Gestão Tecnológica, que abrange todos os Programas Governamentais em desenvolvimento no país. Uma Web Aplicação permite que usuários distribuídos por todo o território nacional tenham seus logins e senhas validados e possam carregar as informações solicitadas pelo Governo.



A partir disso, podemos perceber que esta portaria se refere à entrega de laptops educacionais numa quantidade de 8, 9, ou 10 por escola. Os laptops educacionais são tecnologias móveis, que têm como características a mobilidade, portabilidade e interatividade. De acordo com Lemos, “define-se mobilidade como o movimento do corpo entre espaços, localidades, espaços privados e públicos” (LEMOS, 2005, p.3). Assim, com os laptops, é possível o corpo dos alunos movimentarem-se entre espaços, portando dispositivos tecnológicos (tanto dentro da escola, como levando o laptop para

casa, para uso com as famílias), interagindo com outros alunos, professores, amigos, familiares, e com as informações disponíveis nos dispositivos e nas redes (desde que haja conexão internet disponível). Dessa forma, as tecnologias móveis na educação potencializam novos espaços e tempos de aprendizagem e produção de conhecimentos.

No Brasil, a distribuição de laptops com conteúdos educacionais para as escolas está vinculada às experiências do Programa Um Computador por Aluno- PROUCA:

Instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010, o Prouca tem por objetivo promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais. (BRASIL, 2012c).

Todavia, o Pronacampo não incorpora os laptops educacionais na perspectiva da mobilidade, pois, em primeiro lugar, não disponibiliza um computador para cada aluno das escolas (o número máximo é de 10 computadores por escola); em segundo lugar, requer que as escolas organizem um espaço físico adaptado para receber as máquinas, no estilo laboratório de informática. Dessa forma, nos questionamos: porque o programa disponibiliza tecnologia móvel e exige como condições estruturais um espaço adequado para montagem de laboratório? Podemos inferir que a perspectiva não é de **um para um**, e isso significa que os educandos não terão a oportunidade de utilizar, explorar, criar, produzir conhecimentos para suas necessidades, para além do espaço formal de aprendizagem, o que não potencializa momentos outros de descobertas autônomas com o acesso a várias linguagens, possibilidade de produção de conhecimento e interatividade.

Entendemos que os laptops educacionais disponibilizados para as escolas do campo, e para comunidade, não devem ser trancados em laboratórios, pois dessa forma “a tecnologia continuará a ser tomada como um recurso a mais, que serve apenas para complementar ou animar uma prática já instituída e não para transformar as formas de pensar e produzir conhecimento”. (BONILLA, 2010, p. 56).

Assim, quando os computadores são entregues aos educandos, tanto para utilização na sala de aula, quanto em outros espaços e tempos na própria escola e fora desta, beneficia o próprio aluno, a comunidade campesina e a sociedade de maneira geral no que refere à inclusão digital e à produção de conhecimentos e culturas. A partir disso nos questionamos: que concepção de inclusão digital está presente no Pronacampo?

A portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013, que institui o Pronacampo, estabelece, no art 8º, como um dos objetivos do IV eixo: “a promoção da inclusão digital por meio da

ampliação do acesso a computadores e às tecnologias digitais”. (BRASIL, 2013). Entendemos que disponibilizar equipamentos para as escolas é importante, todavia temos que superar a compreensão de inclusão digital para domínio mínimo das ferramentas, pois compreendemos que, para constituição da cultura digital nas escolas, temos que ter como base que inclusão digital “[...] é um conceito mais abrangente, significa que aquele que está incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social em todas as suas instâncias” (BONILLA, 2005, p. 43).

Portanto, é essencial que as ações de distribuição de equipamentos estejam articuladas com o acesso à internet, pois “sem a viabilização da conexão é praticamente impossível tornar a escola um ponto articulador da produção de conhecimento, cultura e informações, do estabelecimento de relações, de dinâmicas e de aprendizagem”. (BONILLA, 2005, p.186).

No que se refere ao acesso à internet, o programa utiliza como instrumento o programa GESAC. O programa GESAC é coordenado pelo Ministério das Comunicações por meio do Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital, e tem como objetivos: oferecer conexão de internet via satélite e terrestre à telecentros, promover inclusão digital, prioritariamente para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todos os estados brasileiros, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso, contribuir para universalização do acesso à internet. O Pronacampo tem como meta até 2014 disponibilizar a 10.000 escolas do campo o acesso à internet, todavia ainda não emergiram ações que garantissem esse acesso, que no momento ainda é insuficiente, pois de acordo com o programa temos o total de 76.229 escolas no campo, esta meta contempla apenas 13% deste total.

Todavia, de acordo com Áurea Lopes, durante o debate nas atividades da 10ª Oficina de Inclusão Digital, em dezembro de 2011, foi questionada a falta de qualidade do serviço do programa GESAC. O diretor de infraestrutura do Ministério das Comunicações disse que:

para promover essa melhoria seria necessário ter mais banda de satélite disponível e mais recursos para custear uma expansão da cobertura por satélite. “Não temos nem um, nem outro. Estamos utilizando tudo o que a Embratel oferece”, relatou, acrescentando que, para este ano, deverão ser lançados mais dois satélites, mas “haverá enorme concorrência”. (LOPES, 2012)

No dia 22 de março de 2013, foi realizada uma audiência pública com o objetivo de debater o próximo edital do GESAC. De acordo com a revista Arede (2013), o número

de pontos de conexão do Gesac deverá passar de 9 mil para 13 mil, além de contratar cerca de 12 mil pontos de conexão para o Ministério da Saúde. Ao visitar o site do Ministério das Comunicações, analisamos que até o momento não consta edital que se refira à conexão das escolas do campo no âmbito do Pronacampo, o que coloca em evidência a incapacidade do GESAC para a instalação de pontos de conexão para atender as comunidades que vivem no meio rural.

Além do Gesac não ter esta capacidade, a portaria nº 86, que institui o programa, não inclui ações de acesso à internet. Dessa forma, é preciso investimento em ações de conexão à internet, para que os povos do campo participem ativamente das dinâmicas da contemporaneidade, para que se apropriem e vivenciem os ambientes digitais, e para se efetivar o direito à comunicação a esta população.

4. Discussão

Através dessa pesquisa, foi possível analisar as potencialidades do Pronacampo para inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo. Com base nessa análise, percebemos que é necessário pensar em políticas públicas efetivas voltadas para a educação do campo, que garantam o direito às populações camponesas à educação de qualidade. Para tanto, é preciso superar o modelo de políticas públicas pontuais, como se atender a um aspecto específico fosse dar conta da complexa problemática da educação brasileira.

No que se refere à inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo, emergiu somente uma ação do programa, a distribuição dos laptops educacionais, que são tecnologias móveis, que potencializam outros tempos e espaços de aprendizagem, tanto aos alunos quanto à comunidade, entretanto não incorpora estes na perspectiva da mobilidade, mas numa perspectiva fechada, em laboratórios de informática.

Nesse contexto, é fundamental superar a perspectiva tecnicista de distribuição de equipamentos às escolas, pois esta, apesar de se constituir uma ação importante, não é suficiente para proporcionar a vivência nos ambientes digitais e a participação ativa na rede.

Sendo assim, analisamos que o PRONACAMPO tem potencial para inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo, com investimento em infraestrutura física e tecnológica, contudo não atenderá a todas as escolas, e ainda tem que avançar enquanto política pública, para garantir aos sujeitos camponeses o acesso à rede de ciência e

tecnologia disponível na sociedade, para que potencialize a autoria e co-autoria desses, numa perspectiva de produtores de conhecimentos, e não de consumidores de informações.

5. Referências bibliográficas (máximo 15)

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola Aprendizente**: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

BONILLA, Maria Helena. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. **Motrivivência**, UFSC, v.34, p. 40 - 60, 2010. Disponível em :<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135>>. Acesso em: 23 de fev. de 2013.

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo**. Pronacampo. Ministério da Educação. Brasília, 5 de abril de 2012a. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo/%20%20dados%20e%20metas.pdf>>. Acesso em: 17 de Novembro de 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa um computador por aluno**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/programa-um-computador-por-aluno-prouca>>. Acesso em: 18 de fev. de 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CXXXIX - nº 67, Brasília- DF, terça-feira, 9 de abril de 2002, p. 32. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Portaria nº 68 de 9 de novembro de 2012. Dispõe sobre a ampliação da participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, por meio do Pronacampo. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CXLIX - nº 219, Brasília- DF, terça-feira, 13 novembro de 2012b, p. 24. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/legis_23957634_PORTARIA_N_68_DE_9_DE_NOVEMBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRASIL. Portaria nº 86 de 1 de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CL - nº 24, Brasília- DF, segunda-feira, 04 fevereiro de 2013, p. 28. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 09 fev. 2013.

CGI. Br, **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no

Brasil, 2012. Disponível em:<
<http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>> Acesso em: 16
jan. 2013.

Instituto Paulo Montenegro. **Projeto Escolas Rurais**. IBOPE Inteligência. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. 2010, 87p. Disponível em:
<[http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas Rurais no Brasil 2010_0.pdf](http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas_Rurais_no_Brasil_2010_0.pdf)>. Acesso em: 07 de janeiro de 2013.

LEMOS, André. **Cibercultura e Mobilidade**. A era da conexão. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- UERJ- 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em:
<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1465-1.pdf>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Para além da inclusão digital : Poder Comunicacional e Novas Assimetrias. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. (Orgs.). **Inclusão Digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

LOPES, Áurea. Eles querem diálogo e infraestrutura. **Revista Arede**, n. 77, fev.2012. Disponível em:<<http://www.aredes.inf.br/educacao-n-77-janeiro-2012/4973-conexao-social-eles-querem-dialogo-e-infraestrutura-educacao-77>>. Acesso em: 26 de junho de 2013.

REVISTA AREDE. **Audiência pública debateu novo edital do Gesac**. mar. 2013. Disponível em:
<<http://www.aredes.inf.br/noticias/5471-audiencia-publica-debateu-novo-edital-gesac>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

Relatório Final – Parte II

1. Atividades realizadas no período

Levantamento e coleta de documentos relacionados ao Programa Nacional de Educação do Campo.

Leituras e estudos dos documentos coletados e de bibliografia sobre os temas em foco.

Análise dos dados coletados, à luz do referencial teórico selecionado .

Elaboração do relatório parcial e submissão.

Elaboração do relatório final

2. Participação em reuniões científicas e publicações

III Seminário de Educação do Campo e Contemporaneidade: Políticas e Itinerâncias, promovido pelo Grupo de Pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade, em co-organização com o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade-PPGEduC, realizado no período de 26 a 28 de setembro de 2012, com carga horária de 20 horas, na UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

VI Módulo de Formação dos Professores Multiplicadores das Escolas do Campo/Classes Multisseriadas, realizado pela Secretaria Estadual da Educação em parceria com a Universidade Federal da Bahia- UFBA, no período de 26 a 30 de Novembro de 2012, com carga horária de 40 horas.

Seminário Tecnologias Móveis e Educação: um diálogo possível na Rede Pública Municipal de Salvador, promovido pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, realizado no dia 05 de dezembro de 2012, com carga horária de 8 horas.

II Seminário UCA Bahia, promovido pelo Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC/UFBA), em parceria com o Instituto Anísio Teixeira (IAT/SEC), realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2013, com carga horária de 16 horas.

No que diz respeito às publicações, submetemos um artigo científico, tendo como base o projeto de pesquisa anterior intitulado “A inserção das tecnologias digitais nos processos de formação de professores do campo” desenvolvido no período de agosto de 2011 a julho de 2012. Este artigo intitulado “A INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS PROCESSOS FORMATIVOS DOS PROFESSORES DO CAMPO: PROCAMPO E PROGRAMA ESCOLA ATIVA” foi aceito pela revista *Entreideias* da Faculdade de Educação- FAGED/UFBA e será publicado no próximo número da revista.

Em relação ao projeto atual, concluímos um artigo científico, intitulado “PRONACAMPO: LIMITES E POTENCIALIDADES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E NAS ESCOLAS DO CAMPO. UMA ANÁLISE INICIAL” que foi submetido ao I Seminário Internacional de Educação do Campo da UFRB e será realizado de 04 à 06/09/2013.